

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS – DATALUTA: IMPORTÂNCIA NA PESQUISA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS¹

João Cleps Junior

Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Membro de Núcleo de Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA
lagea@ufu.br

RESUMO: No contexto da reforma agrária brasileira, Minas Gerais apresenta nos últimos anos um grande crescimento do número de movimentos envolvidos nos conflitos e ocupações de terras, compreendendo atualmente mais de vinte organizações em todo o estado. Neste processo, como também ocorre em outras áreas brasileiras, as ocupações de terras sempre foram responsáveis pelo aumento do número de assentamentos. A maior parte dos assentamentos rurais é resultado das ocupações de terra. O crescimento do número de ocupações de terras e assentamentos é o reflexo concreto de uma nova tendência da pequena produção rural familiar no cerrado mineiro, cujas características nos permitem afirmar a territorialização do campesinato, a sua reconstrução ou mesmo a sua formação. A luta pela terra tem sido marcada por uma violenta ofensiva da classe ruralista, traduzida nas mais diversas formas de pressão e expressam nos relatos de violência face à existência de uma burguesia agrária constituída a partir de interesses locais, estatais, e até mesmo estrangeiros, que associam, constantemente, ações e investimentos no mundo agrário a objetivos urbano-industriais. Por outro lado, nos últimos anos, é fato que a multiplicidade de atores envolvidos na problemática agrária constitui um indicativo da intensificação dos conflitos no campo, particularmente algumas regiões, como o Norte de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste do estado. Nesta pesquisa, utilizamos os dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA-MG), elaborados e divulgados pelo NERA e CPT na última década (1995-2005), para demonstrar que o número de ocupações aumentou e, conseqüentemente, o de assentamentos rurais. Esta pesquisa vem reforçar a importância da metodologia utilizada, demonstrando sua eficácia para compreensão da dinâmica dos movimentos socioterritoriais, confirmadas principalmente em relação aos dados oficialmente anunciados. O que se verifica em Minas Gerais, é um nível elevado de fragmentação e retração de alguns movimentos socioterritoriais.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Movimentos Socioterritoriais; Conflitos pela Terra; Ocupações; DATALUTA - Minas Gerais.

¹ Professor do Instituto de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA. Apoio FAPEMIG Projeto SHA-2041/2005: *Territorialização do Capital e Luta pela Terra em Minas Gerais: uma pesquisa sobre os movimentos socioterritoriais no Triângulo Mineiro: Projeto DATALUTA*. E-mail: jcleps@ufu.br.

1. INTRODUÇÃO

A atuação e a dinâmica dos movimentos sociais hoje é fator crucial no debate e no direcionamento da questão agrária, na medida em que estes apresentam outras perspectivas na luta pela terra, bem como se impõe aos pesquisadores – e a sociedade de forma geral – como agentes fundamentais desse processo. Nesse aspecto, os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil vêm se transformando em exemplos de organização e mobilização social.

Em nível brasileiro, as ocupações sempre foram responsáveis pelo aumento do número de assentamentos. Nas últimas décadas, o crescimento do número de ocupações de terras e assentamentos é o reflexo concreto de uma nova tendência da produção rural familiar no cerrado mineiro, cujas características nos permitem afirmar a territorialização do campesinato, a sua reconstrução ou mesmo a sua formação.

A partir dessas premissas, objetivamos neste trabalho refletir sobre os processos de formação da luta pela terra no contexto das transformações que vêm ocorrendo nas relações produtivas e da Reforma Agrária em Minas Gerais, com ênfase na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

O presente trabalho reúne alguns resultados da pesquisa “*Territorialização da Luta pela Terra em Minas Gerais: projeto DATALUTA*”, cujo tema central é os movimentos socioterritoriais, envolvendo a sistematização de dados sobre as ocupações, acampamentos e assentamentos rurais em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro. O projeto é desenvolvido pelo Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos sobre Reforma Agrária – NERA, do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O território e suas expressões - territorial e territorialidade -, enquanto uma das principais categorias analíticas na interpretação econômica do espaço rural, apresenta abordagens teóricas e práticas diferenciadas.

Aos estudarmos os territórios rurais, é necessário alcançarmos uma escala supra-local. Pensar o territorial implica pensar a nova lógica da luta de classes, ou seja, as estratégias de organização presentes na sociedade.

Diante das discussões sobre as discussões que têm sido conduzidas na Geografia Agrária sobre o território e os movimentos sociais. Nesse sentido, entendemos que o termo território não substitui a força viva dos movimentos. Porém, não invalida a possibilidade de compreendermos os movimentos sociais e suas espacialidades. Inerentes aos territórios, estão os conflitos.

De acordo com Fernandes,

As formas de organização possuem relação com o espaço, território e lugar. O espaço e o território nos ajudam a compreender os tipos de movimentos (socioespacial ou socioterritorial). O lugar e o espaço nos ajudam a compreender as suas territorialidades (isolados ou territorializados). (Fernandes 2005, 3).

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. A esse respeito, o autor enfatiza que,

a questão agrária gera continuamente *conflitualidade*. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato (...) A *conflitualidade* é o processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento (Fernandes 2005, 4).

Para o autor, a *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Analisando o processo de ocupação de terras, destaca:

A ocupação gera o conflito. Isso é fato. Entretanto, é preciso estar atento para a amplitude do fato e observar as dimensões da *conflitualidade*. Neste contexto, o *conflito*, evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da *conflitualidade*, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas

desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo (Fernandes 2005, 8).

No relatório sobre os *Conflitos no Campo* em 2004, organizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), Gonçalves (2004) apresenta três indicadores acerca da *conflitividade* e da violência no campo brasileiro, sobretudo, da violência contra a pessoa:

- I - Índice de Conflitividade medido (1) pelo número de conflitos e (2) pelo número de pessoas envolvidas em conflitos;
- II - Índice de Violência do Poder Privado medido (1) pelo número de assassinatos e (2) pelo número de famílias expulsas;
- III - Índice de Violência do Poder Público por meio da ação do Poder Judiciário medido (1) pelo número de ordens de prisão exaradas e (2) pelo número de famílias despejadas. (Gonçalves 2004, 143)

De acordo com Gonçalves (2004)

“os *Índices de Conflitividade*, medidos tanto pelo número de conflitos como pelo número de pessoas envolvidas em conflitos, nos mostram que os maiores Índices de Conflitividade estão nos Estados onde vem se dando a expansão das tradicionais grandes empresas moderno-coloniais de monoculturas, o chamado agronegócio”. (146)

As denúncias de violência contra trabalhadores rurais apresentadas no Relatório da CPT de 2004 apontam como origem no poder do latifúndio e do agronegócio. De acordo com os dados da CPT, Minas Gerais ocupava o 5º lugar em ocorrências de conflitos por terra em 2004, ficando atrás apenas de Estados do Maranhão, Pará, São Paulo e Paraná, respectivamente, registrando 50 conflitos, envolvendo 6,5 mil famílias. Conforme apontam Moreira e Resende (2004) no Relatório da CPT, de acordo com o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), existem aproximadamente 11 milhões de hectares de terras devolutas (cerca de 1/3 do território do Estado) onde,

quase todas elas griladas por fazendeiros, reflorestadoras (na verdade, eucaliptadoras) e grandes empresas. Nas décadas de 70 e 80 do século XX, grandes extensões de terras devolutas foram repassadas para grandes empresas em convênios firmados entre o ITER e aquelas empresas, que hoje as usam, quase que exclusivamente, na monocultura de eucalipto.

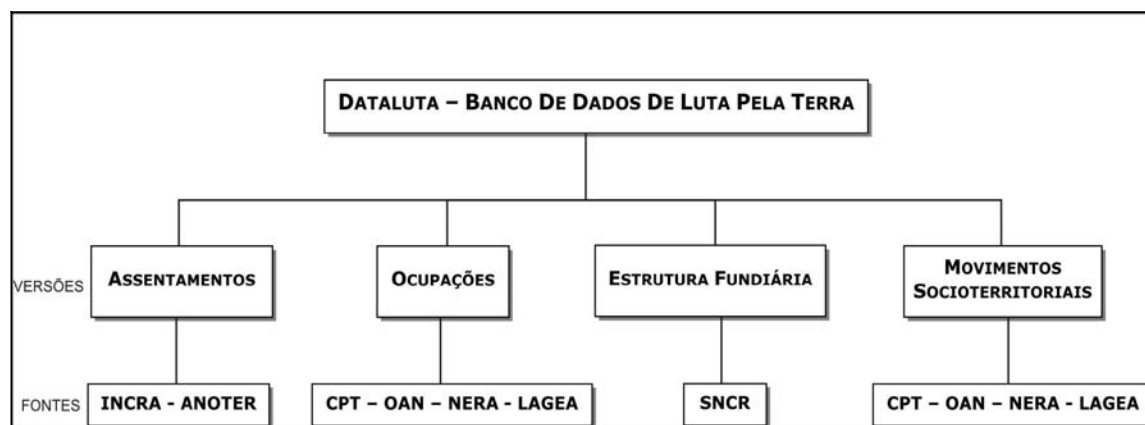
Segundo dados do INCRA de 2003, existem em Minas Gerais cerca de 1.500 imóveis rurais classificados como “grande propriedade” (acima de 2000 ha.) que ocupam 14% da área total cadastrada (apenas 0,2% das propriedades). A pequena propriedade (até 200 hectares) corresponde a 94% dos imóveis, ocupando 43% da área total.

A concentração da terra e o latifúndio, marcas históricas do problema agrário brasileiro e de Minas Gerais, as monoculturas e o enorme poder do agronegócio impõem um novo desafio aos movimentos socioterritoriais. Compreender algumas estratégias dos movimentos é o que se propõe na parte seguinte deste trabalho.

3. METODOLOGIA DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA - DATALUTA

O Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA é apresentado em quatro níveis escalares: nacional, macrorregional, estadual e municipal. São organizados dados de ocupações de terra e famílias, assentamentos rurais, famílias e área, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais. Esses dados são representados por meio de tabelas, gráficos, mapas e quadro.

Os dados de ocupações de terra, famílias e movimentos socioterritoriais são organizados a partir das seguintes fontes: Comissão Pastoral da Terra – CPT; Ouvidoria Agrária Nacional – OAN; DATALUTA – NERA e DATALUTA LAGEA. Para os dados de assentamentos rurais e famílias assentadas utilizamos como fontes o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra – ANOTER. Os dados da estrutura fundiária são do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, como apresentado no cronograma a seguir.



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2005.

www.prudente.unesp.br/dgeo/nera/ / www.ig.ufu.br/lagea

Figura 1 - Estrutura do DATALUTA

Os dados das respectivas fontes são digitados no Programa DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA onde são armazenados para elaboração de diferentes tipos de relatórios: por municípios, microrregiões, estaduais, macrorregiões e nacional; por períodos de governo, por ano ou meses; temáticos nas versões ocupações e famílias; assentamentos, famílias e áreas, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais (Relatório Dataluta, 2005).

Os dados de assentamentos são resgistrados desde 1969; os de ocupações desde 1988, os de movimentos socioterritoriais desde 2000 e os da estrutura fundiária são dos anos de 1992, 1998 e 2003. Os dados pesquisados são digitados em programas apropriados para elaboração de mapas, gráficos e tabelas nas diversas versões, como por exemplo, os seguintes aplicativos: *Dataluta*, *Excel*, *Philcarto* e *Coreldraw*.

DATALUTA – Minas Gerais

A coleta de informações para o Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA-MG, aqui apresentadas, resultaram do levantamento de dados em escala municipal e a sua representação em três escalas geográficas - nacional, estadual e microrregional - que estão correlacionadas nas versões: movimentos socioterritoriais, ocupações, e assentamentos.

Foram utilizados como fontes principais de coleta de informações primárias os jornais “Estado de Minas”, de Belo Horizonte, “Correio”, de Uberlândia, além de jornais disponíveis em meio eletrônico (cerca de 12 jornais periódicos) e informes dos movimentos, pesquisados diariamente pela equipe do projeto sediada no LAGEA.

Como parte da metodologia de pesquisa, as informações coletadas foram confirmadas durante a fase de sistematização dos dados junto às regionais dos movimentos (MST, MTL, APR/CPT entre outros) por via telefônica. Mensalmente, é realizado o levantamento das informações nos jornais e demais meios de comunicação, como o registro das ocupações noticiadas, disponibilizadas em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel. Atualizadas as planilhas, os dados são filtrados, e é feita por telefone a confirmação dos mesmos com as regionais dos movimentos. A pesquisa por telefone

permite registrar o número de assentamentos legitimados e onde estão localizados os projetos.

A representação gráfica por meio de gráficos, tabelas e quadros gerados para o DATALUTA possibilitam compreender os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. São referências importantes para análise das ações dos movimentos socioterritoriais que permitem contribuir para a pesquisa acadêmica e formuladores de políticas públicas. Na etapa de sistematização, é feita uma leitura geográfica desses processos como, por exemplo, a organização dos dados em diferentes escalas geográficas e a leitura da produção do espaço geográfico.

As leituras e referencial teórico sobre a questão agrária permitem dar suporte para a compreensão socioespacial da luta pela terra e a reforma agrária em geral.

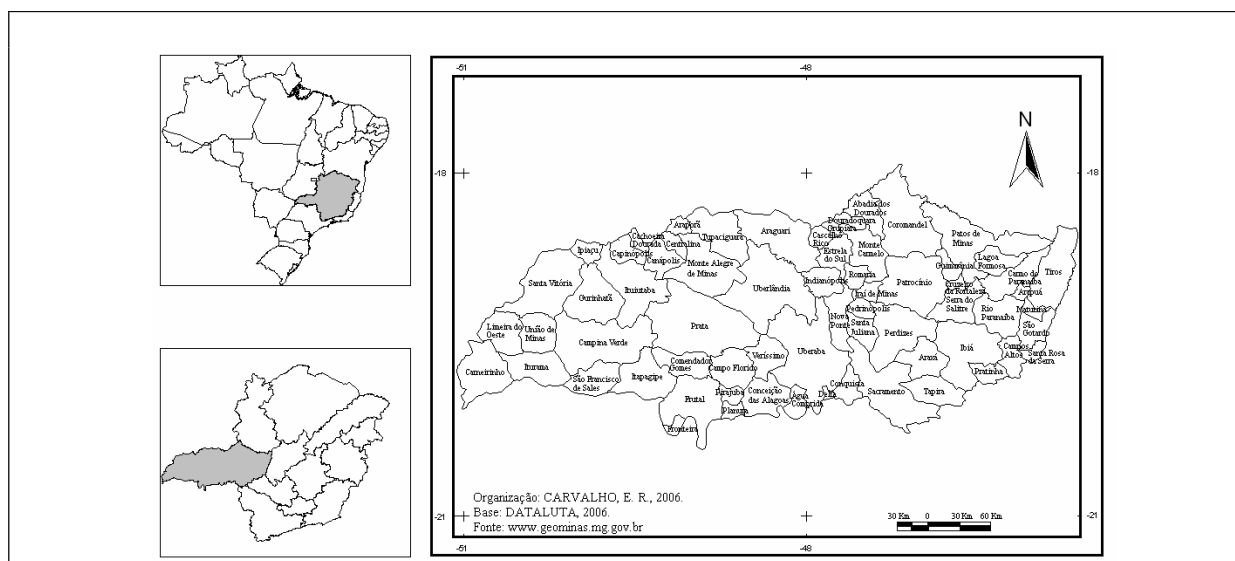
Mensalmente é produzido o levantamento das informações dos jornais e demais meios de comunicação, com o registro das ocupações noticiadas e assentamentos legitimados, sendo que os dados são transferidos para planilhas eletrônicas. Tais registros são organizados nas escalas estadual, microrregional e municipal. Na planilha, basicamente constam os dados do imóvel, nome do movimento socioterritorial, número de famílias envolvidas e data de ocorrência.

Por via telefônica, as informações são confirmadas com as regionais dos movimentos e demais organizações. Vale destacar que, a partir das sedes regionais dos movimentos, é possível obter a informação sobre outras ocupações não divulgadas pelos jornais, através da via telefônica. Com a confirmação dos dados, os mesmos são transferidos para planilhas eletrônicas finais, dando-se prosseguimento nas etapas subseqüentes do projeto.

A etapa seguinte consiste na representação das informações por meio de gráficos, cartogramas, mapas etc. Esse tratamento das informações tem como foco principal a apresentação de um trabalho padronizado e possíveis espacializações que os dados proporcionam, efetuando-se assim a melhor compreensão do processo de territorialização da luta pela terra em Minas Gerais. Para a representação, são utilizados os programas *Access*, *Excel*, *Arcview*, *Philcarto*, *Idrisi* e *Coreldraw*.

DATALUTA – Versão Triângulo Mineiro

Nesta pesquisa, ao organizar e espacializar as informações do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA adota-se a delimitação regional elaborada pelo IBGE (1990), que apresenta o Estado de Minas Gerais dividido em 12 Mesorregiões e 66 Microrregiões Geográficas. Assim, considera-se como **Triângulo Mineiro** o agregado composto pela Mesorregião Geográfica do IBGE “Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba”, composta pelas 7 microrregiões (MRGs 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23): Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá. A Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possui 66 municípios (2005). Esta divisão coincide também com as *Regiões de Planejamento Triângulo* (RP 4 – 35 municípios) e *Alto Paranaíba* (RP 5 – 31 municípios) elaborada pela Fundação João Pinheiro, do Governo de Minas Gerais (2000).



Fonte: Projeto DATALUTA-MG/ LAGEA-UFU, 2006.

Figura 2 - Área de Estudo do Projeto DATALUTA - TRIÂNGULO MINEIRO

4. A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS

A análise do espaço rural do cerrado mineiro nos últimos vinte anos permite-nos afirmar que o seu desenvolvimento e expansão estão associados aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e no papel do Estado. A modernização agrícola ocorreu de maneira a

privilegiar a economia agrário-exportadora e a atender aos interesses do capital mercantil e do monopolista e caracterizou-se pelo caráter destrutivo e excludente.

Em Minas Gerais, o agronegócio se consolidou com a política de modernização agrícola a partir da década de 1970, na qual se insere o Programa de Desenvolvimento do Cerrado - PRODECER – impulsionando as atividades do complexo agroindustrial ligado à produção de grãos. Neste contexto, o cerrado mineiro deu lugar a extensas áreas de monoculturas de soja, café e mais recentemente da cana-de-açúcar, além das florestas homogêneas de eucalipto. Todo esse processo gerou a exclusão social, concentração de renda e destruição do meio ambiente.

De maneira geral, a organização em Minas Gerais dos trabalhadores rurais teve origem com a fundação dos Sindicatos e Ligas Camponesas, nos anos 1950 e 60, época em que a luta pela terra já eclodia em vários municípios, ainda que de forma isolada. Por outro lado, os primeiros registros de manifestações coletivas de trabalhadores rurais no Triângulo Mineiro datam de momentos anteriores mesmo ao regime militar.

De acordo com Gomes e Cleps Jr. (2006),

A partir do I Congresso Nacional de Belo Horizonte – identificado como o momento em que o MSTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais) inicia seu processo de consolidação, que culminará com a constituição da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais), em 1963 –, há uma radicalização nas reivindicações por reforma agrária em todo o país. Da mesma forma, o MSTR mineiro desencadeia um processo marcado pela constituição de vários sindicatos e pela ampliação da visibilidade da organização dos trabalhadores rurais (Gomes; Cleps Jr. 2006, 141).

O Golpe Militar de 1964 irá frear esse processo, desarticulando o movimento ainda embrionário de organização de trabalhadores. Apesar da existência de uma rede de sindicatos – já haviam sido criados 24 no Estado, sendo que o Triângulo Mineiro contava com sete: os STRs de Araguari, Centralina, Uberlândia, Uberaba, Campo Florido, Monte Alegre de Minas e Monte Carmelo – e duas federações (nenhuma delas reconhecida pelo Ministério do Trabalho), o movimento sindical de trabalhadores rurais passa por um período de considerável retração. As federações foram fechadas, sindicatos sofreram intervenções e lideranças foram presas e torturadas.

Em abril de 1968 é criada a FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais), que terá um expressivo e rápido crescimento. Com uma forma de atuação pouca autônoma e altamente vinculada ao Estado. A FETAEMG só trará a reforma agrária para o campo efetivo das suas prioridades de luta em meados da década de 1980.

Nesse contexto, os movimentos mineiros, existentes anteriormente ao golpe militar, permanecerão essencialmente desmobilizados pela repressão até meados dos anos 1970, período que marca a reemergência dos movimentos sociais rurais no estado. Naquele período surgem diversas iniciativas de contatos, encontros, reuniões de grupos com os mais diversos objetivos.

Apesar de manter seu controle quase absoluto sobre o conjunto dos sindicatos do Estado, a FETAEMG começa a concorrer com a ação mais efetiva de outras organizações no direcionamento das lutas dos trabalhadores rurais do estado, como a CPT, a CUT e o MST.

A década de 1970 foi marcada fundamentalmente pela intensificação da exploração do trabalho rural e da expropriação camponesa, o que se traduz num novo dimensionamento dos conflitos fundiários. Foi justamente neste período, inclusive, marcado pelo auge da modernização agrícola e da implementação dos projetos governamentais na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que a maior parte dos sindicatos de trabalhadores rurais começou a ser criado em diversos municípios, ainda que uma atuação mais forte, entretanto, tenha se dado apenas a partir dos anos 1980 (Gomes; Cleps Jr. 2006).

Por outro lado, os STRs, criados como uma estratégia governamental para exercer o controle sobre as organizações de trabalhadores rurais, institucionalizando-os, ao passo que enfraquecia os movimentos sociais, passam, nos anos 1980, por uma significativa reformulação política. O sindicalismo rural da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, fortemente vinculado a uma política assistencialista e atrelada às elites locais na década de 1970, passa a priorizar na década seguinte a democratização da terra, a politização dos trabalhadores rurais e a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas da classe.

De maneira geral, a década de 1980 registra uma ascensão, sem precedentes, da luta pela terra propriamente dita, no estado de Minas Gerais, seguindo a tendência nacional. De acordo com Gomes (2004) em 1981, por exemplo, o MSTR registrou 16 conflitos pela posse da terra, envolvendo 2.685 famílias, nas regiões de Paracatu, Norte de Minas e Jequitinhonha. Em 1983, o número salta para 53 conflitos, que se espalham também para a Zona Metalúrgica, Vale do Mucuri, região do Rio Doce, Alto São Francisco e Pontal do Triângulo, envolvendo mais de 7.000 famílias. Em 1985, o número de conflitos registrados chega a 150, com cerca de 68.000 pessoas. A violência também se faz progressiva nos conflitos por terra no estado: de 1 assassinato registrado em 1980 para 26 em 1985.

Os anos 1980 também são marcados por avanços decisivos na organização dos trabalhadores rurais no Triângulo Mineiro. Esses avanços estarão representados nas ocupações de grandes propriedades improdutivas – ações essas que passaram a consolidar uma nova forma de atuação, que tem na reforma agrária a bandeira prioritária de luta. Por outro lado, a experiência dos trabalhadores rurais no município de Campo Florido dimensionou a luta pela terra na região, simbolizando a ocupação como principal forma de acesso à terra.

A crescente busca pela construção de seus próprios meios organizativos - menos burocratizados e atrelados ao Estado - e a autonomia do movimento de trabalhadores rurais, foram algumas tendências dos anos 1990, acrescidas do surgimento de novos movimentos sociais rurais na região.

De acordo com Gomes,

A emergência de várias lutas no campo no Triângulo Mineiro se deu, em parte considerável, com a iniciativa ou o apoio dos sindicatos filiados à CUT, que realiza um trabalho de assessoria junto aos movimentos rurais na região. Pelo seu próprio caráter, tem uma linha de atuação direcionada para a promoção de alianças mais amplas – especialmente urbanas, além de historicamente mais combativa que a da CONTAG (Gomes 2004, 147).

Entre os sindicatos de trabalhadores rurais mais atuantes na região em termos de luta pela terra, que têm experiências na realização de ocupações, podem ser citados os STRs de Iturama, Centralina, Ituiutaba e Araguari.

A própria FETAEMG, impulsionada pelas ações de sua base, passou, nos anos 1990, a adotar uma orientação um pouco mais combativa. A intensificação das ações conjuntas entre a federação, a CUT e a CPT, inclusive via inserção nas diretorias de membros ligados a estas entidades, contribuiu para uma ampliação considerável do conteúdo ideológico do movimento e para uma transformação na estrutura sindical, de forma a dotá-la de maior autonomia e eficiência em suas ações.

Por outro lado, o MST iniciou seus trabalhos no Triângulo Mineiro no final de 1989 em Iturama, que culminou na conquista da fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho. O MST atuou na fase de acampamento, contribuindo para o desenvolvimento de práticas de organização e mobilização, até meados de 1991, quando a articulação foi rompida.

Porém, somente em 1997 seria criada a regional do MST do Triângulo Mineiro. Neste ano, o movimento, promoveu a histórica marcha a Brasília, em cuja trajetória estava marcada a passagem por algumas cidades da região, nas quais promoveu debates, reuniões e atos públicos, ampliando as discussões sobre reforma agrária e articulando importantes apoios (em especial do PT, da APR e de alguns sindicatos locais). Mais tarde, a representação retorna para o Triângulo Mineiro, fixando sua secretaria em Uberlândia e deslocando para esta localidade militantes de outras regiões, contribuindo no seu processo de formação e dinamizando a luta pela terra na região.

Assim, apesar do crescimento da presença do MST, verifica-se também a atuação de outros movimentos. De acordo com a pesquisa Dataluta, em Minas Gerais registraram em 2005 mais de vinte movimentos e organizações de luta pela terra, dos quais alguns refletem a segmentação ocorrida nos últimos anos (Quadro 1).

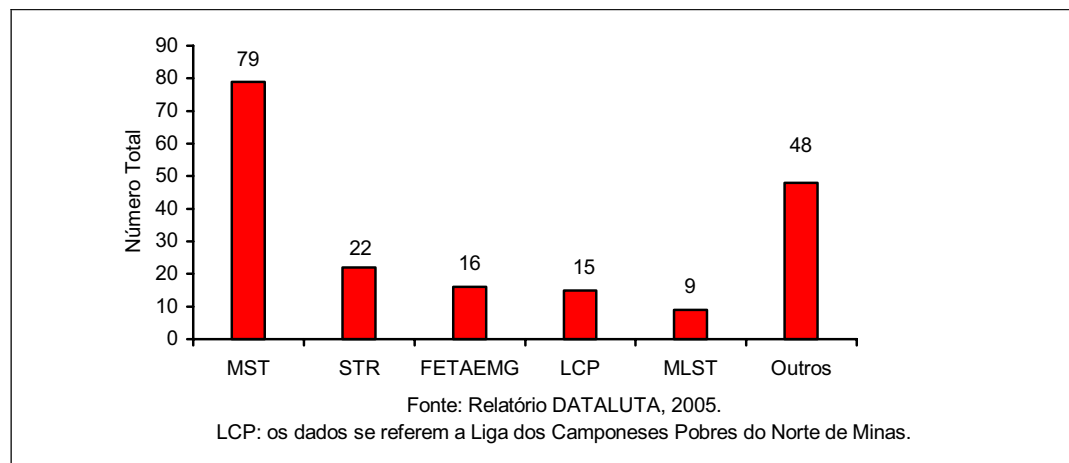
Assim, tanto em Minas Gerais como no Triângulo Mineiro, tem ocorrido o surgimento e desaparecimento de alguns movimentos de luta, cujo processo necessita de investigação. Segundo Fernandes (2006),

Os movimentos territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, eles se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços (Fernandes, 4).

Quadro 1 - Minas Gerais - Movimentos Socioterritoriais Envolvidos nas Ocupações de Terras 2005

MOVIMENTOS/ ORGANIZAÇÕES
ACRQ - Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
ACUTRMU - Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
APR/CPT - Animação Pastoral Rural
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
CCL - Centro de Cidadania e Liderança
CLST - Caminho de Libertação dos Sem Terra
CPT - Comissão Pastoral da Terra
LCP - Liga dos Camponeses Pobres
LCPNM - Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
LOC - Liga Operária e Camponesa
MLT - Movimento de Luta pela Terra
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL - Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST de Luta)
MPRA - Movimento pela Reforma Agrária
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MTL - Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTR - Movimento dos Trabalhadores Rurais
OLC - Organização de Luta no Campo
OTC - Organização de Trabalhadores no Campo
OTL - Organização Terra e Liberdade
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais (Local)
UNLC - União Nacional da Luta Camponesa

Fonte: GOMES, R. M.; CLEPS JR. (2006); CPT (2004); Projeto DATALUTA-LAGEA (2006) MDA - Relatório da Ouvidoria Agrária 01/2006.



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2006.

Figura 3 - Minas Gerais: Número de Ocupações por Movimentos Socioterritoriais (Acumulado 2000-2005)

No que tange as ocupações de terras, a partir da sistematização pela pesquisa DATALUTA, mostra que neste início de século, além do próprio MST, a participação dos STRs, FETAEMG e outros movimentos territorializados como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) como predominantes em Minas Gerais. No que se refere aos movimentos socioterritoriais, o que se registra nos últimos cinco anos (2000-2005) é o crescimento da participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que atingiu um acumulado de 79 ocupações (Figura 3).

Tabela 1 - Triângulo Mineiro: Principais Movimentos Socioterritoriais – 2000-2005.

Municípios	MST		MLST		FETAEMG		SRT		OUTROS (*)	
	Ocup	Fam	Ocup	Fam	Ocup	Fam	Ocup	Fam	Ocup	Fam
Araguari	2	138	0	0	0	0	0	0	0	0
Araxá	0	0	0	0	0	0	1	70	0	0
Campina Verde	0	0	0	0	0	0	1	23	0	0
Canápolis	0	0	0	0	0	0	0	0	1	650
Gurinhata	0	0	0	0	0	0	0	0	1	200
Ituiutaba	1	56	1	110	0	0	0	0	0	0
Iturama	0	0	0	0	0	0	1	30	0	0
Monte Alegre	0	0	2	450	0	0	0	0	1	40
Patrocínio	0	0	0	0	3	87	0	0	2	120
Perdizes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100
Sacramento	1	320	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Vitória	1	60	0	0	1	18	0	0	0	0
Tiros	0	0	0	0	0	0	1	68	0	0
Uberaba	1	30	0	0	0	0	0	0	0	0
Uberlândia	4	560	4	1200	0	0	0	0	1	30
Uberlândia/Uberaba	0	0	1	60	0	0	0	0	0	0
Uberlândia/Tupaciguara	0	0	0	0	0	0	0	0	2	185
Veríssimo	0	0	1	180	0	0	0	0	0	0

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2006.

(*) Outros movimentos se destacam na luta pela terra no Triângulo Mineiro, tais como o próprio MTL.

Em termos regionais, as principais áreas de conflitos de Minas Gerais medidas pelo número de ocupações de terras destacam-se o *Noroeste* (Unaí e Paracatu), *Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba* (Uberlândia, Ituiutaba, Araxá, Frutal, Patrocínio e Uberaba), *Norte de Minas* (Montes Claros, Januária, Pirapora, Janaúba), conforme tabelas 1 e 2.

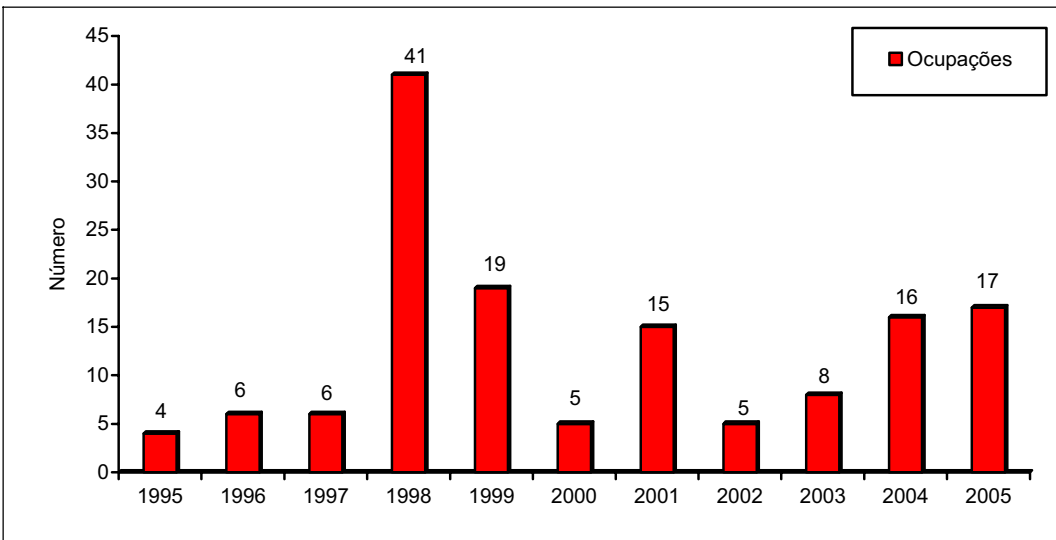
No Triângulo Mineiro, as ocupações de terras ocorrem em maior número em Uberlândia, Santa Vitória e Campina Verde. Uberlândia lidera em termos de ocupação no período representado, perfazendo um total de 38 ocupações no período 1995-2005 (Figura 3), dentre as quais o MST tem maior participação nas ocupações nos últimos cinco anos, seguido pelo MTL e outros movimentos (Tabela 2).

Microrregião	Nº Famílias	Nº Ocupações
Uberlândia	8.622	55
Unaí	7.076	70
Governador Valadares	3.430	23
Montes Claros	3.276	45
Januária	2.696	35
Ituiutaba	2.353	30
Belo Horizonte	2.294	16
Almenara	2.073	18
Pirapora	2.064	19
Paracatu	1.751	25
Salinas	1.433	7
Araxá	1.193	24
Frutal	1.161	17
Ipatinga	1.020	5
Araçuaí	750	3
Patrocínio	692	12
Uberaba	673	6
Teófilo Otoni	604	4
Varginha	510	8
Janaúba	490	13

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2006.

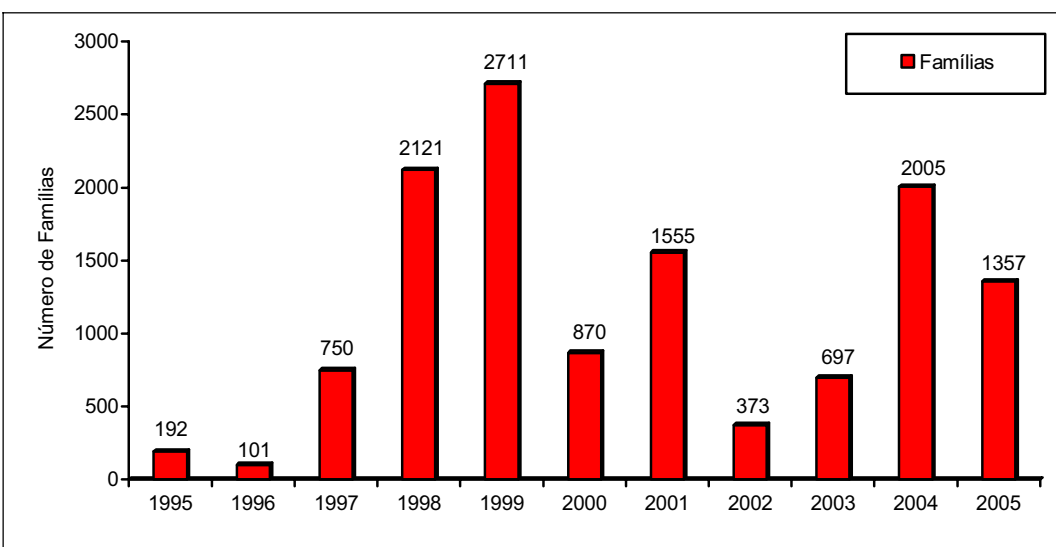
Tabela 2 - Minas Gerais - Microrregiões com Maior Número de Famílias em Ocupações 1990-2005

Quando se analisam as relações ocupações e assentamentos rurais nos últimos dez anos, destacam-se os anos de 1998/99 e de 2004 com um expressivo o aumento das ocupações nos períodos de mudança política provocada pelas eleições e de maior acirramento das lutas em todo o Brasil, com maior mobilização dos trabalhadores em ocupações de terras.



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2006.

Figura 4 - Triângulo Mineiro: Número de Ocupações no Período 1995-2005

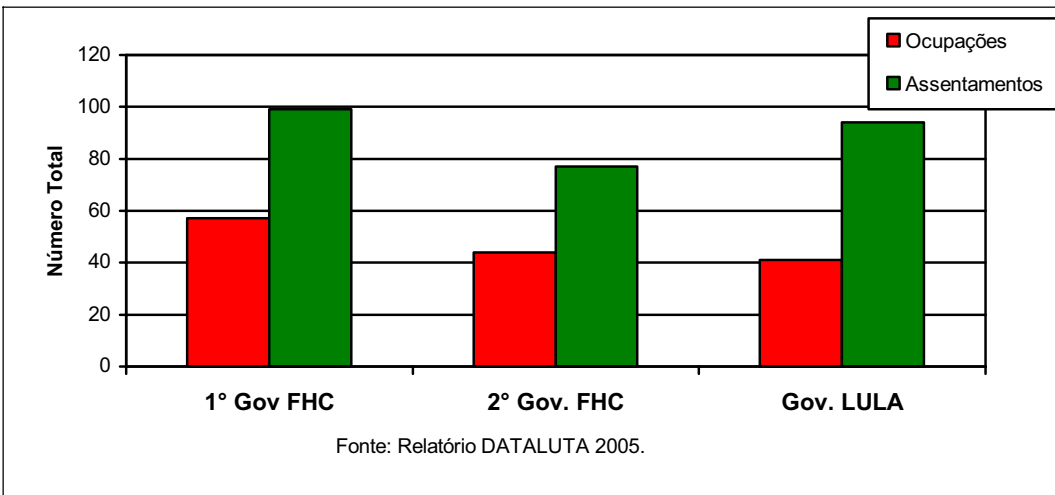


Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2006.

(*) Para alguns municípios como Santa Vitória (1995); Perdizes (1996); Ibiá (1998) e Ibiá (1999) não há registros de informações sobre o número de famílias envolvidas para os respectivos anos.

Figura 5 - Triângulo Mineiro: Número de Famílias em Ocupações no Período 1995-2005 (*)

Os assentamentos representam a forma territorializada construído, ou seja, são os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais. No entanto, essa política (compensatória) de assentamentos rurais tem sido implantada a partir da concepção de mundo neoliberal exercida pelos governos na última década.



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2006.

Figura 6 - Triângulo Mineiro – Ocupações e Assentamentos no Período 1995-2005

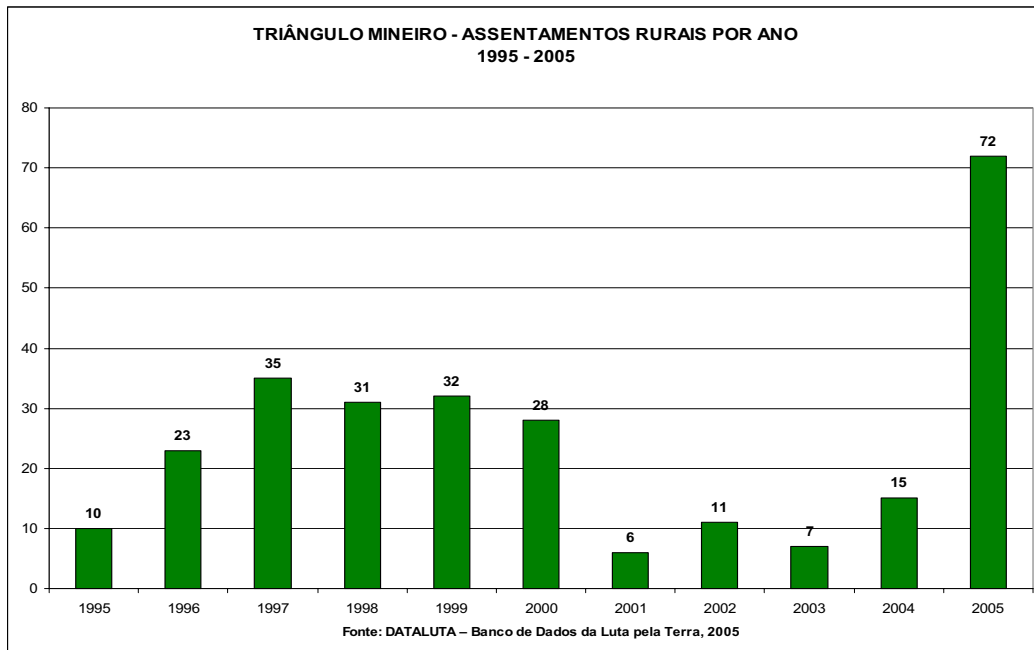
Como destaca Fernandes (2006),

As formas de organização possuem relação com o espaço, território e lugar. O espaço e o território nos ajudam a compreender os tipos de movimentos (socioespacial ou socioterritorial). O lugar e o espaço nos ajudam a compreender as suas territorialidades (isolados ou territorializados). (Fernandes 2006, 4).

Conforme se verifica na figura 6, no 1º Governo FHC (1995-1998), foram implantados na região do Triângulo Mineiro cerca de 99 assentamentos, envolvendo 7.009 famílias em uma área correspondente a 306.573 ha. Durante o 2º Governo FHC (1999-2002), foram implantados 77 assentamentos rurais na região, compreendendo 5.487 famílias em uma área total de 222.064 hectares.

Nos anos 2003-2005, foram implantados 94 assentamentos rurais na região do Triângulo Mineiro, envolvendo 4.442 famílias, numa área correspondente a 200.455 ha. (figura 6). De acordo com a figura 7, apenas no ano de 2005 foram efetivados 72 assentamentos rurais no Triângulo Mineiro, ou seja, 76% do total de assentamentos efetivados pelo Governo Lula.

Pela confrontação dos dados nos governos, no 1º Gov. FHC a área média para cada família assentada correspondeu a 43,7 ha. No 2º Gov. FHC a área média chegou a 40,5 ha. A área média para cada família assentada em projetos de Reforma Agrária no Triângulo com base nos dados dos três primeiros anos do Governo Lula atingiu 45,1 ha. (tabela 3).



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2006.

Figura 7 - Triângulo Mineiro – Assentamentos Rurais no Período 1986-2005

Tabela 3 - Triângulo Mineiro - Número de Assentamentos Rurais, Famílias e Área (ha):1995-2005

ANO (*)	Nº ASSENTAMENTOS	Nº FAMÍLIAS	ÁREA ha
1995	10	613	29.968
1996	23	1.173	51.714
1997	35	2.175	118.244
1998	31	3.048	106.647
1999	32	1.648	71.871
2000	28	2.732	99.931
2001	6	394	20.228
2002	11	713	30.034
2003	7	516	16.558
2004	15	557	30.635
2005	72	3.369	153.262

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2006.

(*) No ano de 1990 não houve registro de assentamentos rurais.

Portanto, para demonstrarmos a relação ocupações e efetivação dos assentamentos, basta compararmos os dados das figuras 4 e 5 que temos a dimensão do aumento dos conflitos (número de ocupações e famílias envolvidas) nos últimos dois anos (2004-2005), culminando conseqüentemente com o maior número de assentamentos em 2005 (figura 7).

CONCLUSÃO

No Triângulo Mineiro, a existência de uma multiplicidade de movimentos, além de refletir sua heterogeneidade, característica das situações rurais, está ligada, por vezes, a conflitos internos e outros existentes entre os movimentos sociais (divisões ou disputas), que se vinculam às questões de ordem política, ideológica, ou até mesmo pessoal. Tais conflitos, freqüentemente, atravancam processos de luta que, em sendo unificados, tenderiam a acumular muito mais força, ampliando o poder de pressão e expressão dos trabalhadores rurais sem-terra.

Isso não significa que os movimentos sociais ligados ao campo, na região do Triângulo, não se articulem em determinadas frentes de luta. Frentes essas que, em certos momentos, envolvem questões para além da luta pela reforma agrária, como o direcionamento para problemas relacionados diretamente ao meio urbano, tais como emprego, moradia, transporte, educação entre outros.

Quanto à política de assentamentos rurais, iniciada nos últimos governos e continuada no Governo Lula, não diminuiu os conflitos fundiários. Alguns resultados da pesquisa do Banco de Dados da Luta pela Reforma Agrária (DATALUTA) demonstram que mesmo no Estado de Minas Gerais a efetivação e o crescimento dos assentamentos rurais estão relacionados às pressões sociais por meio das ocupações e acampamentos. Os dados comprovam a relação das ocupações com a efetivação dos assentamentos.

REFERÊNCIAS

BOLETIM NACIONAL DO MTL. 2006. <http://www.mtl.org.br/boletim/mtl200511en.pdf> > Acesso em 04.09.2006.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. 2005. *Relatório Pesquisa Nacional – DATALUTA - MST*. Presidente Prudente: UNESP-NERA.

FERNANDES, B. M. 2001. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora.

_____. 2005. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. [Inédito], 57p.

_____. 2006. *Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra*. Disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/htm>>. Acesso em 04 junho de 2006. 7p.

GOMES, R. M. 2004. *Ofensiva do capital e transformações no mundo rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba*. Uberlândia, Univ. Federal de Uberlândia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia [Dissertação de Mestrado], 251p.

_____; CLEPS JR., J. 2006. Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro. In: FEITOSA, A.M.A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JR., J. (Orgs.). *Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia, Ed. da UCG, p. 131-169.

GONÇALVES, C. W. P. 2004. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In: *Caderno conflitos no campo - Brasil 2003*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, p.10-26.

_____. 2005. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In: *Caderno conflitos no campo - Brasil 2004*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, p.142-156.

HAESBAERT, R. 2004. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LEFEBVRE, Henri. 1991. *The production of space*. Cambridge Mass: Blackwell Publishers.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006. Relatório da Ouvidoria Agrária 01/2006. Brasília: MDA, 2006. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/arquivos/0644511107.pdf>>. Acesso em: 05 de junho, 2006.

MTL. Movimento Terra, Trabalho e Liberdade. 2006. Manifesto de 18 de agosto de 2002. Disponível em < <http://www.mtl.org.br/>> Acesso em: 06 de setembro.

OLIVEIRA, A.U. 1996. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto.

_____. 2004. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U. MARQUES, M. I. M. (Orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social*. São Paulo, Ed. Casa Amarela; Ed. Paz e Terra, p. 29-70.

RAFFESTIN, C. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.